

# ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, às 15h15min, na Sala de Reuniões do Gabinete da Secretária de Estado do Meio Ambiente, ocorreu a 2ª Reunião Ordinária da Câmara de Compensação Ambiental, com a seguinte pauta: Processo nº 614974/2012 (Empresa de Transmissão de Energia de Mato Grosso): deliberação quanto à solicitação de alteração da destinação do recurso, conforme Parecer nº 130/CUCO/SUBIO/2016; Processo nº 623910/2015 e 184482/2006 (São Tadeu Energética S/A): Recomendação da Subprocuradoria Geral de Defesa de Meio Ambiente, por meio do Ofício nº 320/SUBPGMA/2015; Processo nº 299592/2015 (Enel Green Power Salto Apiacás S/A): deliberação quanto à solicitação de emissão da Licença de Operação para a UHE Salto do Apiacás antes do cumprimento integral da compensação ambiental; Processo nº 299555/2015 (Enel Green Power Cabeça de Boi S/A): deliberação quanto à solicitação de emissão da Licença de Operação para a PCH Cabeça de Boi antes do cumprimento integral da compensação ambiental; Processo nº 299568/2015 (Enel Green Power Fazenda S/A): deliberação quanto à solicitação de emissão da Licença de Operação para a PCH da Fazenda antes do cumprimento integral da compensação ambiental; Processo nº 269521/2015 (REPRAM – Reciclagem e Preservação Ambiental): deliberação quanto à solicitação de emissão da Licença de Operação para a Unidade de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do município de Rondonópolis antes do cumprimento integral da compensação ambiental. A reunião foi presidida pelo Secretário Adjunto de Gestão Ambiental, Sr. Carlos Henrique Gabriel Kato, com a presença dos seguintes membros e participantes: Sra. Lilian Ferreira dos Santos, Superintendente de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços – SUIMIS; Dra. Tatiana Corrêa da Silva Fraga, Superintendente de Normas, Procedimentos Administrativos e Autos de Infração – SUNOR; Sra. Fátima Aparecida Sonoda, Superintendente de Mudanças Climáticas e Biodiversidade – SUBIO; Dr. Diego Mamann Dorigati, Subprocurador-Geral de Defesa do Meio Ambiente – SUBPGMA; Dr. Rodrigo Fernandes Quintana, Assessor-Chefe da SEMA; Dra. Mauren Lazzaletti, Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental; Sr. Elder Antunes, Analista de Meio Ambiente. O Presidente da Câmara de Compensação Ambiental, Sr. Carlos Henrique Gabriel Kato, abriu a reunião agradecendo a presença de todos e colocou em apreciação, primeiramente, o Processo nº 614974/2012 da Empresa de Transmissão de Energia de Mato Grosso. O Sr. Elder Antunes esclareceu que o processo possui Parecer de Aplicação já aprovado pela CCA, sendo que o recurso foi destinado ao PE Zé Bolo Fiô e à APA Municipal Aricá-Açu; que, no que se refere ao recurso destinado à APA Municipal, a Prefeitura Municipal de Cuiabá solicitou a alteração da destinação para confecção de material de educação ambiental, pois a

Q



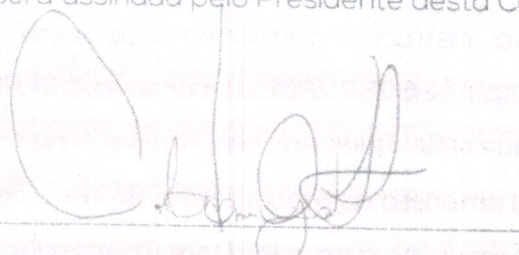
35 destinação aprovada (confeção de placas de sinalização), já está sendo executada na APA  
36 Municipal com outros recursos. A CUCO analisou a solicitação e elaborou o Parecer nº  
37 130/CUCO/SUBIO/2016, manifestando favoravelmente à alteração da destinação do recurso.  
38 O Presidente questionou se havia alguma dúvida ou objeção em relação ao Parecer nº  
39 130/CUCO/SUBIO/2016 encaminhado por e-mail no ato da convocação. Não havendo qualquer  
40 manifestação, o Presidente da CCA colocou em votação sobre a alteração da destinação do  
41 recurso da compensação ambiental destinado à APA Municipal Aricá-Açu, sendo que todos os  
42 membros da CCA votaram favoravelmente. O Presidente passou para Processo nº  
43 623910/2015 (nº 184482/2006) da empresa São Tadeu Energética S/A (PCH São Judas  
44 Tadeu), solicitando que o Sr. Elder Antunes fizesse a explanação sobre o caso. O Sr. Elder  
45 esclareceu que à época foi firmado termo de ajustamento de conduta com a empresa e que o  
46 processo foi encaminhado para a CCA em atendimento à recomendação da SUBPGMA através  
47 do Ofício nº 320/SUBPGMA/2015. Dr. Rodrigo questionou se foi instaurado processo de  
48 compensação. Sr. Elder disse que não, já que não se trata de compensação; e, que o Termo  
49 não foi cumprido até a presente data. Dr. Rodrigo sugeriu que o caso seja reanalisado pela  
50 SUBPGMA. Dra. Mauren esclareceu que a CCA precisa entender se é atribuição da mesma  
51 deliberar sobre esse caso e sugere que o processo seja restituído para a SUBPGMA. O  
52 Presidente colocou em votação, e todos acolheram a recomendação para que o processo fosse  
53 encaminhado para a análise da SUBPGMA. O Presidente colocou em apreciação o Processo nº  
54 299592/2015 da empresa Enel Green Power Salto Apicás S/A, solicitando que o Sr. Elder  
55 Antunes fizesse a explanação sobre o caso. Sr. Elder esclareceu aos membros que a empresa  
56 compromissada apresentou solicitação para que seja emitida a LO para a UHE Salto do  
57 Apicás antes do cumprimento integral da compensação e que a CUCO/SUBIO recomendou  
58 que os outros processos da mesma empresa (mas de empreendimentos diferentes) fossem  
59 apreciados conjuntamente nesta reunião, quais sejam: nº 299555/2015 da PCH Cabeça de Boi)  
60 e nº 299568/2015 da PCH da Fazenda. Sr. Elder argumentou que, apesar de a empresa ter  
61 requerido a emissão da LO apenas para o processo nº 299592/2015 (UHE Salto do Apicás),  
62 que fosse tomada a mesma decisão quanto aos demais, quando a empresa protocolar a  
63 solicitação de emissão de LO dos outros empreendimentos, pois ambos possuem caso muito  
64 semelhante e as reuniões ordinárias da CCA ocorrem somente a cada 90 dias. Sr. Elder explicou  
65 que o objeto das compensações já foi devidamente aprovado pela CCA e está em fase de  
66 execução; que em ambos os Termos de Compromisso de Compensação assinados pela  
67 empresa possuem a obrigação de aquisição de equipamentos e veículos para distribuição em  
68 várias Unidades de Conservação; que a CUCO já providenciou o termo de referência para



69 aquisição dos veículos e embarcações, estando em contato com a empresa frequentemente  
70 para ajustes dessas aquisições. Dr. Rodrigo explicou sobre a necessidade se atentar sobre o  
71 interesse da empresa em cumprir a compensação ambiental. Sr. Elder explicou que a empresa  
72 tem procurado a SEMA e se mostrado disposta a cumprir a obrigação; que o processo de  
73 licenciamento ambiental iniciou em 2010; que a LI foi emitida em 2012; que o cálculo da  
74 compensação foi feito somente em 2015. Sr. Elder destacou sobre a demora na conclusão dos  
75 tramites do licenciamento, que prejudica a compensação ambiental; que a empresa não foi  
76 omissa, que está clara a mora do órgão ambiental em concluir os trâmites. Dra. Tatiana  
77 ressaltou que estas informações devem ser registradas no processo de compensação,  
78 comprovando a excepcionalidade do caso, em atendimento ao disposto no Decreto nº  
79 2.594/2014. Sr. Elder se comprometeu que, nas próximas reuniões da CCA, fará um relatório  
80 dos trâmites do licenciamento dos processos, demonstrando como se deu a análise do mesmo  
81 para apreciação da CCA, a fim de atestar o caráter excepcional, quando houver necessidade  
82 de deliberação pela emissão da LO, ainda que não tenha ocorrido o cumprimento integral da  
83 compensação. O Presidente questionou se havia alguma dúvida em relação à exposição do  
84 caso. Não havendo qualquer manifestação, o Presidente da CCA colocou em votação sobre a  
85 aprovação da emissão da LO, antes do cumprimento da compensação ambiental, do processo  
86 nº 299592/2015 (UHE Salto do Apiacás), sendo aprovado por unanimidade dos membros da  
87 CCA. Em seguida, o Presidente colocou em votação se os nº 299555/2015 (PCH Cabeça de  
88 Boi) e nº 299568/2015 (PCH Fazenda) poderão ter as Licenças de Operação emitidas, antes  
89 do cumprimento da compensação ambiental, quando solicitado pela empresa, conforme  
90 recomendação da CUCO/SUBIO, sendo que todos os membros votaram favoravelmente. Dra.  
91 Mauren ponderou que a mora na análise do licenciamento ambiental será levada para  
92 discussão no processo de elaboração da nova instrução normativa, que está sendo  
93 desenvolvida. O Presidente passou para o Processo nº 269521/2015 da empresa REPRAM -  
94 Reciclagem e Preservação Ambiental, solicitando que o Sr. Elder Antunes fizesse a explanação  
95 sobre o caso. Sr. Elder explicou aos membros que a empresa assinou o termo de compromisso,  
96 que o recurso foi destinado para compra de equipamentos para o PE Dom Osório; que CUCO  
97 está finalizando o Termo de Referência para aquisição dos equipamentos; que a empresa tem  
98 demonstrado interesse em cumprir a compensação; que não se observa qualquer óbice para  
99 deliberação pela excepcionalidade da emissão da LO antes do cumprimento da compensação,  
00 que se compromete a fazer o parecer esclarecendo que a empresa não deu causa à  
01 morosidade para o cumprimento da compensação ambiental. O Presidente questionou se  
02 havia alguma dúvida em relação à exposição do caso. Não havendo qualquer manifestação, o



103 Presidente da CCA colocou em votação sobre a aprovação da emissão da LO da Unidade de  
104 Gerenciamento de Resíduos Sólidos do município de Rondonópolis do processo nº 26952/2015,  
105 antes do cumprimento da compensação ambiental, sendo aprovado por unanimidade dos  
106 membros da CCA. Sr. Elder fez uma recomendação sobre a periodicidade das reuniões da CCA,  
107 esclarecendo que o prazo de 90 dias compromete o procedimento da compensação. Dr.  
108 Rodrigo considerou que 30 dias seria um prazo razoável; que a reunião poderia ter o caráter  
109 de discutir os andamentos dos processos também; que com a reunião mensal. Dra. Mauren  
110 acrescentou que, no período de 30 dias, caso não haja processos para a deliberação da CCA,  
111 que a reunião pode ser facilmente cancelada. O Presidente concordou e sugeriu que a agenda  
112 seja estabelecida previamente para o ano todo. Dr. Rodrigo informou que essas considerações  
113 serão levadas para a análise da alteração do Decreto nº 2.594/2014. O Presidente colocou em  
114 discussão sobre o trâmite das minutas dos Termos de Compromissos, considerando que,  
115 atualmente, as mesmas passam pela análise da SUNOR; e questionou ao Dr. Diego se os termos  
116 poderiam voltar a ser apreciados pela SUBPGMA. Dr. Diego questionou sobre a necessidade de  
117 os mesmos serem analisados pela SUBPGMA. Dra. Tatiana ponderou que, como a execução  
118 judicial compete à SUBPGMA, visto que o termo é um título executivo, que seria mais apropriado  
119 que a SUBPGMA fizesse esta prévia análise também. Dra. Mauren colocou sobre a importância  
120 de garantir a execução judicial em caso de descumprimento da compensação. Todos  
121 concordaram que seria importante o retorno da análise das minutas dos termos de  
122 compromisso ambiental pela SUBPGMA. Nada mais havendo a declarar, o Presidente da  
123 Câmara de Compensação Ambiental, Sr. Carlos Henrique Gabriel Kato, agradeceu a presença  
124 de todos, encerrando a reunião às 16h50min e eu, Dayany Cervantes de Araújo, lavrei esta ATA  
125 que será assinada pelo Presidente desta Câmara.



130 Carlos Henrique Gabriel Kato

131 Secretário Adjunto de Gestão Ambiental

132 Presidente da Câmara Técnica de Compensação Ambiental